



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE PACATUBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

26
Blau

PARECER JURÍDICO Nº 111/2022

Consultante: Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Assunto: Locação de 01 (um) imóvel, pertencente à Associação de Pessoa da 3ª Idade do Município de Pacatuba, localizado na Rua Antônio Travassos, nº 192, Pacatuba/SE, no qual irá funcionar o Centro de Atendimento da Educação Especial, deste Município.

**EMENTA - ADMINISTRATIVO -
LICITAÇÃO - PROCESSO DE DISPENSA
- MINUTA DO CONTRATO -
ATENDIMENTO ÀS NORMAS LEGAIS -
RECOMENDAÇÕES.**

Consulta-nos a Secretaria Municipal de Educação de Pacatuba/SE, acerca da legalidade da Locação **de 01 (um) imóvel, pertencente à Associação da 3ª Idade do Município de Pacatuba, localizado na Rua Antônio Travassos, nº 192, Pacatuba/SE, no qual irá funcionar o Centro de Atendimento da Educação Especial, deste Município.**

Inicialmente convém ressaltar que esta análise prende-se aos aspectos eminentemente jurídicos, visto ser este o tema sobre o qual o subscritor detém competência para opinar.

Desta forma, diz-se que todos os aspectos técnicos relativos à escolha para locação de imóveis específicos são de competência exclusiva da municipalidade, através de profissional habilitado.

Cumpre-nos asseverar que a Administração, em regra, tem o dever de licitar, *ex vi* do disposto nos artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal

Blau



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE PACATUBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Pág. 27
Juliano

c/c artigo 2º da Lei nº 8.666/93, diploma legal este que estabelece normas gerais em matéria de licitações e contratos administrativos, *verbis*:

"Art. 2º - As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei. "(destaque)

"Art. 37- A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Em casos excepcionais, a Lei de Licitações prevê a possibilidade de não realização de processo licitatório, sendo os mesmos enumerados pelos artigos 24 e 25 (dispensa e inexigibilidade de licitação).

Saliento, porém, uma vez utilizada a Dispensa, todos os requisitos legais inerentes a ela devem ser observados, tais como: valor, solicitação do responsável para a abertura do procedimento licitatório, minuta contratual, justificativa, entre outros.

No caso em tela, abre-se a possibilidade de se utilizar a dispensa de



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE PACATUBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

REC 28
Bian

licitação em função da especificidade do imóvel, por se adequar, conforme análise do município, às necessidades da Prefeitura Municipal, conforme preconizado no art. 24, X da Lei 8.666/93.

Assim, dando cumprimento ao que dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, entendemos ser possível a formalização do contrato em questão, após atendimento das recomendações acima pela Comissão de Licitação, a qual deve observar durante todo o procedimento licitatório o disposto na Lei n. 8.666/93, Lei de Responsabilidade Fiscal e Resolução n. 257/2010 do TCE.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Pacatuba (SE), 17 de agosto de 2022.


ALLANA CAROLINE DE OLIVEIRA MELO
OAB/SE 12363